

Utopía y Praxis Latinoamericana

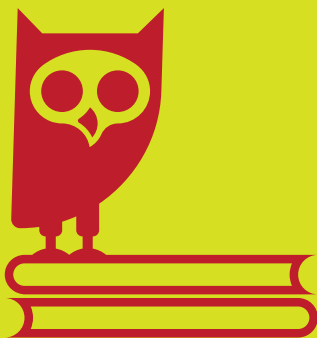
Dep. legal: ppi 201502ZU4650

*Esta publicación científica en formato digital
es continuidad de la revista impresa*
ISSN 1315-5216

Depósito legal pp 199602ZU720

Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social

Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela
Facultad de Ciencias Económicas y Sociales
Centro de Estudios Sociológicos y Antropológicos (CESA)



AÑO 20, N°70
Julio - Septiembre

2 0 1 5





NOTAS Y DEBATES DE ACTUALIDAD

UTOPIA Y PRAXIS LATINOAMERICANA. AÑO: 20, Nº. 70 (JULIO-SEPTIEMBRE), 2015, PP 107-113
REVISTA INTERNACIONAL DE FILOSOFÍA Y TEORÍA SOCIAL
CESA-FCES-UNIVERSIDAD DEL ZULIA. MARACAIBO-VENEZUELA.

Sentidos insignificantes

Insignificant meanings

Maria JOÃO COUTO

Universidade do Porto, Portugal

Resumen

Para Henri-Pierre Jeudy las sociedades actuales están desbordadas. No en la perspectiva de tener objetos o personas en exceso, lo que sería fácilmente cuestionado, sino en la medida en que las sociedades actuales desbordan el sentido. La profusión de discursos e imágenes que circulan en la sociedad contemporánea hace a los propios objetos y a las propias personas insignificantes, fomentando, particularmente, la creciente indiferencia frente a una realidad de naturaleza imaginada y discursiva que no pauta ninguna conexión con una realidad preexistente. La información que los medios producen y circulan sin cesar y en todos los sentidos, constituye su propio referente. En otras palabras, se considera la realidad representada como realidad expresa, cayendo en total tautología, que, de acuerdo con L. Sfez, caracteriza a la sociedad contemporánea.

Palabras clave: sociedades desbordantes; sentido insignificante; subjetividad; personas.

Abstract

For Henri-Pierre Jeudy, societies today are overflowing. Not from the understanding of having objects or persons in excess, which could easily be contested, but rather that there is an overflowing of senses in societies today. The profusion of discourses and images that circulate in contemporary society makes objects and people themselves insignificant, encouraging particularly the growing indifference to a reality made of images and discursive in nature that does not display any anchorage in a pre-existing reality. The information, the media produces and circulates, ceaselessly and in every way, constitutes its own referent. In other words, represented reality is considered as reality expressed, falling completely in tautism (contraction of tautology and autism), which, according to L. Sfez, characterises contemporary society.

Keywords: societies overflowing; insignificant meaning; subjectivity; people.

1. DA DESREALIZAÇÃO DO MUNDO

A ética, o direito, a história são coordenadores e depositários de sentido que sustentam modelos de representação do mundo e de interpretação dos acontecimentos. Todavia, as relações com o mundo, com os outros, os modos de apreensão do espaço e dos objectos não parecem concordar com tal enquadramento simbólico. O desvio entre os discursos que dão sentido ao mundo ou à existência e a materialidade das coisas não cessa de crescer.

Henri- Pierre Jeudy

Na perspectiva contemporânea, considerada por Jean-François Lyotard de *pós-moderna*, a subjectividade é vista como fragmentada, descentrada, contraditória, como resultado de múltiplas determinações. «O si é pouco, mas ele não está isolado, ele está inserido numa textura de relações mais complexa e mais móvel que nunca. Ele está sempre (...) situado em "nós" de circuitos de comunicação, nem que sejam ínfimos. É preferível dizer: situado em lugares pelos quais passam mensagens de natureza diversa».¹ Colocando-nos nesta perspectiva, não existe a possibilidade de pressupor a existência de um estado pré-consciente, alienado, de um lado, e a existência de um outro estado, consciente, lúcido, com capacidade de penetração unitária e total de todos os aspectos do mundo e da vida social. A consciência é sempre parcial, fragmentada e incompleta. Existe apenas um estado, se assim se pode dizer, permanentemente descentrado e contraditório. Ou seja, sendo a subjectividade vista como o resultado de múltiplas determinações, em geral contraditórias entre si e em permanente tensão mútua, não existe o estado privilegiado de uma consciência totalmente lúcida ou se se quiser não existe uma posição de sujeito privilegiada. Se somos constituídos na nossa subjectividade pelas nossas diferentes *posições de sujeito*, não existe nenhum ponto privilegiado, externo a essas posições de sujeito e totalmente imune às suas determinações. Como afirma Gilles Lipovetsky, «Narciso já não está imobilizado diante da sua imagem fixa, já nem sequer há imagem, nada para além de uma busca interminável de Si, um processo de destabilização ou flutuação psi na esteira da flutuação monetária ou da opinião pública: Narciso entrou em órbita»². O nosso interesse neste ponto de vista reside no facto de que a causa desta desconstrução não é aqui perspectivada como resultado de um desequilíbrio objectivo, nem tampouco como consequência da acção de um sujeito que utilizaria em benefício próprio as contradições existentes. O que gera esta equívocidade é antes um processo de subjectivação, uma subjectividade múltipla enquanto saber social e colectivo. Pela mesma ordem de razões crê-se que realidade não é unívoca, a *homonímia* do real significa, precisamente, que a realidade se *diz* de muitas maneiras: ocultando-se, desvelando-se, abstraindo-se... *Já não é mais a realidade que funda o credível. É o contrário. O credível é o que engendra o real*³. O sentido da realidade não se encontra nela própria. Constrói-se na argumentação dialógica que a comunicação intersubjectiva supõe através, precisamente, de uma linguagem historicamente situada e contextualizada. Consequentemente, a comunicação é aqui entendida como a partilha dos sentidos na polissemia dos mundos que os sujeitos interlocutores, histórica e socialmente situados, criam na sua relação dialógica.

1 LYOTARD, JF (1989). *A Condição Pós-Moderna*, Trad., Gradiva, Lisboa, p. 41.

2 LIPOVETSKY, G (1989). *A Era do Vazio*, Trad., Relógio D'Água, Lisboa, p. 53.

3 PETIT, SL (2015). *Crítica de las subjetividades latentes*. Obtido a 27.01.2015 de <http://sindominio.net/ofic2004/historias/autonomia/latentes.html> p. 23.

E é aqui que a expressão *desrealização do mundo*⁴ se inscreve. E não estamos a falar apenas da alienação da realidade provocada pela sociedade do espectáculo, pela encenação mediática numa sociedade de consumo, como tão bem elucidou Jean Baudrillard. Para este autor, a interrogação sobre o real, o simulacro, a cópia, destaca o desaparecimento dos modos de percepção de um real transformado em puro signo, flutuante, neutralizado, imagético. “No processo generalizado de consumo, deixa de haver alma, sombra, duplo e imagem, no sentido especular. Já não existe contradição do ser, nem problemática do ser e da aparência. Dá-se apenas a emissão e a recepção de signos, abolindo-se o ser individual no interior desta combinatória e deste cálculo de signos (...)”⁵. Múltiplas inteligibilidades, consoante os modos de ser e de saber e uma pragmática que, ocupando-se da relação dos signos com os seus utilizadores, faz do contexto o campo onde se enraízam as condições de sentido.

Mas Henry Pierre-Judy vai ainda mais longe na sua reflexão:

(...) a actual sociedade não é, por conseguinte, transbordante de sentido porque dá em espectáculo a realidade, mas porque se situa além da espectacularização, porque neutraliza a oposição entre a realidade e os seus simulacros mediáticos. É por isso que a crítica da sociedade do espectáculo, a partir do desfasamento em relação a uma suposta realidade exterior que lhe servisse de referente, se tornou obsoleta e ingénuo, visto ter passado a estar integrada no próprio sistema mediático e a servir de alimento ao próprio funcionamento das redes da informação⁶.

O processo de desrealização do mundo encerra uma outra dinâmica: os discursos e as imagens, sobretudo mediáticos, perderam qualquer ancoragem numa realidade pré-existente. Os acontecimentos já não têm necessariamente que preceder a informação mas converteram-se em pretextos para as mais diversas performances mediáticas. Como afirma Adriano Tavares Rodrigues, estes são já meta-acontecimentos e não somente pseudo-acontecimentos pois eles possuem uma força constitutiva da realidade que encerram. «É a informação que constitui agora o referente dos efeitos de sentido que os media produzem e fazem circular, incessantemente e em todos os sentidos, ao longo das redes telemáticas»⁷.

O sentido não se confunde, portanto, nem com a significação daquilo que dizemos ou mostramos nem com a realidade a que nos referimos quando falamos. Encontra-se, simultaneamente, dentro e fora dos enunciados. Está, ao mesmo tempo, todo em cada uma das formas expressivas e todo na totalidade do discurso. Desapareceram, assim, a mensagem, o sujeito emissor, o sujeito receptor. É suprimida a realidade do sujeito, a realidade do mundo, e fraccionada a realidade interactiva dos indivíduos. Para Lucien Sfez estamos em pleno no âmbito do tautismo:

A comunicação não é mais do que a repetição imperturbável da mesma (tautologia) no silêncio de um sujeito morto, ou surdo-mudo, fechado na sua fortaleza interior (autismo), captado por um grande Todo que engloba e se dissolve até ao menor desses átomos paradoxais. Essa totalidade sem hierarquia, esse autismo tautológico, designo-os eu por tautismo, neologismo que condensa totalidade, autismo e tautologia. A comunicação faz-se assim de si para si

4 Expressão de Henry-Pierre Jeudy que serve de título ao terceiro capítulo da obra. Cfr. JEUDY, H-P (1995). *A Sociedade Transbordante*. Trad., Edições Século XXI, Lisboa.

5 BAUDRILLARD, J (1981). *A Sociedade de Consumo*, Trad., Edições 70, Lisboa, p. 239.

6 TAVARES RODRIGUEZ, A (1981). “Prefácio”, in: JEUDY, H-P (1995). *Op. cit.*, p.11.

7 *Ibid.*, p. 9

mesma, mas de um “si” diluído num todo. Essa comunicação é, pois, a de um não-em-si para um não-em-si mesmo⁸.

No tautismo encara-se a realidade representada por uma realidade expressa⁹. Toma-se o representado pelo representante. Esta confusão generalizada, segundo o mesmo autor, devemos-la a um *nonsense* inicial que se manifesta quando se procura representar o real para o exprimir ou exprimi-lo para o representar. Quando se julga que o que nos é dado ver pela representação é a expressão da realidade do mundo sensível, ou ainda quando se interpreta a realidade sensível e imediata como uma encenação, uma realização. O real não é já senão aquilo que se inventou sob esse nome e assim se exprime. No universo descrito por este autor não existe verdadeiro nem falso. O próprio social é um gigantesco paradoxo. Com efeito, quando tudo é socializado, o social desagrega-se, desaparece. Um imenso todo que nos engloba e em que somos diluídos.

Aplicado à comunicação, esse sistema conduz à confusão total do emissor e do receptor. Num universo em que tudo comunica, sem que se saiba a origem da emissão, sem que se possa determinar quem fala, o mundo técnico ou nós mesmo nesse universo sem hierarquias, senão mesmo confundidas, em que a base é o cume, a comunicação morre por excesso de comunicação e mergulha numa interminável agonia em espirais¹⁰.

Retomando a interpretação de Adriano Tavares Rodrigues, afirmamos a necessidade de distinção entre o sentido tanto da significação dos discursos e das imagens como da realidade a que se referem.

A significação estabelece a relação semântica entre, por um lado, as materialidades expressivas que integram os discursos e, por outro lado, as ideias ou conceitos a que estão associados, ao passo que o sentido é de natureza pragmática; tem a ver com as razões que levam os interlocutores a inserir os seus discursos num determinado processo enunciativo e a encadear os enunciados uns nuns outros. Um enunciado pode ter uma significação perfeitamente clara e, no entanto, a sua enunciação não ter qualquer sentido¹¹.

Henri-Pierre Jeudy tem pois razão em insistir várias vezes na natureza ambígua do sentido, uma vez que a sua presença é sempre, ao mesmo tempo, excessiva e insuficiente.

2. SUJEITO E COMUNICAÇÃO

Gostaríamos ainda de apresentar, ainda que sinteticamente, a reflexão que L. Sfez faz na sua obra *Crítica da Comunicação* a propósito dos diferentes modos de perspectivar os processos de comunicação, uma vez que aí se encontram conjugados, de forma diferenciada, sujeito e realidade, aduzindo a *desrealização do mundo*. Este autor fala-nos de três atitudes que, simultaneamente, representam (e expressam) três momentos diferentes, a partir da emergência da Modernidade, da cultura ocidental.

8 SFEZ, L. (1994). *Crítica da Comunicação*. Trad., Publicações Instituto Piaget, Lisboa, p. 76.

9 SFEZ define assim esta noção: «Tautismo: neologismo formado por contracção de “tautologia” (o “eu repito, portanto provo” tão proclamado nos “média”) e “autismo” (o sistema de comunicação torna-se surdo-mudo, isolado dos outros, quase autista), neologismo que evoca uma visão totalizante, quase totalitária», *ibid.*, p. 76.

10 *Ibidem*.

11 TAVARES RODRIGUEZ, A (1981). *Op. cit.*, p.13.

A primeira atitude, a mais clássica, é designada por Sfez como *Representar ou a Máquina*. Nesta atitude pressupõe-se a existência do sujeito e apela-se para o discurso da razão. O homem continua a ser fundamentalmente livre perante a técnica: Sabe usá-la e não se subordina a ela. A proposição *com* domina-o. É “com” a técnica que o homem cumpre as tarefas que ele determina. Trata-se da metáfora da “máquina de comunicar” com o mundo: a máquina é exterior ao homem e ele usa-a para dominar as forças da Natureza. A máquina é, pois, um simples utensílio para que o homem cumpra a sua acção mais facilmente. Existiria aqui uma coincidência total das teorias clássicas da representação e da comunicação. Ambas repousam sobre uma tripartição. A comunicação, com efeito, faz a distinção entre emissor-receptor e introduz entre eles um canal. A representação apela a um mundo objectivo e a um representado, ligados por um mediador, voltado de um lado para o mundo objectivo e do outro para o signo que garante. Entende-se aqui a realidade como objectiva e universal, exterior ao sujeito que a representa.

Na segunda atitude - *Expressar, ou o organismo* - os objectos técnicos são o nosso meio “natural” porque estamos subordinados à visão do mundo que eles induzem. Nesta organização em que somos parte de um todo, o que conta é determinar as mudanças possíveis e analisar o papel dos elementos que formam esse todo que se chama Universo. Acaso e necessidade: as regras não são estabelecidas uma vez por todas, subsistem bolsas aleatórias e a identidade de um sujeito está pontualmente por definir. A preposição *em* domina-o. A ideia de domínio apaga-se para dar lugar à de adaptação.

Aqui o homem insere-se num outro modelo, o do *organismo*, que faz parte de uma relação interna das partes e do todo. A metáfora do organismo comanda os desenvolvimentos de uma ecologia universalizante e encontraremos o traço disso nas muitas teorias da comunicação. O artefacto não é, pois, o utensílio, mas o próprio meio, ao mesmo tempo político, social, e económico, biológico, tal como o ideológico, no seio do qual o homem se completa a si mesmo, sem poder ultrapassar os limites nem recusar a presença. O *com* não foi exactamente expulso, porque nós vivemos *com* e *num* mundo pleno de máquinas e isso é para nós uma espécie de natureza.

Aqui a comunicação é vista como a inserção de um sujeito complexo num envolvimento em si mesmo complexo. O sujeito faz parte do meio e o meio faz parte do sujeito. Causalidade circular. Ideia paradoxal de que a parte está no todo que é parte da parte. O sujeito permanece, mas integrou-se no mundo e a sua realidade já não é objectiva. Ela existe...em mim. Eu existo...nela. Não há, pois, necessidade da representação e dos seus limites.

Estas duas posições parecem-se opor-se, mas para este autor a sua oposição é apenas conceptual, porque, na ciência e na política tradicionais da comunicação, elas completam-se, corrigem-se, harmonizam-se. De um lado, uma representação que multiplica os signos e os signos de signos para tentar abranger o real concreto dos indivíduos e dos grupos; uma representação que rege os sujeitos representados, com as suas divisões territoriais e sociais, mas apodera-se ela mesma, entretanto, de uma mecânica de separação, de uma desrealização total. Os signos tendem a substituir-se às coisas que representam e formam assim uma entidade abstracta que vale por si própria. E isso em cada nível de representação.

Do outro lado, uma visão expressiva da comunicação que preenche essas divisões, apresentando uma ligação de outro tipo: uma ligação simbólica. Convocando cultura, tradições, memórias do passado sob a forma de imagens “significativas”, é para a interpretação que ela se inclina. Estas imagens, com efeito, são ambíguas, polissémicas e, quanto mais o são, mais a identificação dos indivíduos e dos grupos com elas será possível.

Por fim, L. Sfez fala de uma terceira atitude que, segundo este autor, seria a mais actual e marcante na sociedade ocidental contemporânea - *Confundir, ou Frankenstein: o tautismo*

Frankenstein seria a metáfora mais justa e o “tautismo” o seu conceito. Metáfora e conceito que, conjuntamente, tecem esta terceira atitude: a verificação tecnológica domina o homem, rege a sua visão do mundo. O sujeito não existe senão para o objecto técnico que lhe aponta os seus limites e determina as suas qualidades. E aqui é a preposição *por* que o domina. *Pela* técnica, o homem pode existir, mas não para lá do espelho que ela lhe mostra. O artefacto aqui já não é o utensílio ou o meio, mas um efeito, um efeito que se aceita como causa. A máquina criada pelo homem torna-se no seu próprio criador. Uma espécie de adequação entre o sujeito humano e o objecto técnico que faz do primeiro um desdobramento do segundo. Assim, sujeito e objecto, produtor e produto, aparecem confundidos. Esta última figura, cujo esboço tem ainda, como o próprio autor admite, qualquer coisa de ficção científica, desenvolve-se gradualmente com uma grande carga simbólica.

Aplicado à comunicação, esse sistema conduz à confusão total do emissor e do receptor. Num universo em que tudo comunica, sem que se saiba a origem da emissão, sem que se possa determinar quem fala, o mundo técnico ou nós mesmos nesse universo sem hierarquias, senão mesmo confundidas, em que a base é o cume, a comunicação morre por excesso de comunicação e mergulha numa interminável agonia em espirais. É a isso que eu chamo de “tautismo”, neologismo contraído de autismo e tautologia, evocando sempre a totalidade e o totalitarismo¹².

Notável diferença de ponto de vista. Formulação nova da nossa relação com o mundo. Se a “comunicação” é o termo que designa essa relação, é bem verdade que devemos então mudar os termos, as definições, os conceitos que a todo o momento apoiavam a análise.

Estariamos, pois, na *sociedade Frankenstein*, essencialmente caracterizada por uma infinita circularidade. Julga-se estar na expressão imediata, espontânea onde reina e domina a representação. O produtor é produto e produtor ao mesmo tempo, não existe começo nem fim. Quando se julga que o que nos é dado ver pela representação é a expressão própria da realidade do mundo sensível, ou ainda quando se interpreta a realidade sensível e imediata, como uma encenação, uma realização. Suprimidas a realidade do sujeito, a realidade do mundo, estilizando a realidade interactiva dos indivíduos.

No tautismo encara-se a realidade representada por uma realidade expressa. O real não é já senão aquilo que se inventou sob esse nome e assim o exprime. Toma-se o representado pelo representante. Tomam-se as realidades de segundo grau formadas pelos emissores ou as realidades de terceiro grau formadas pelos receptores por uma única e mesma realidade, de primeiro grau, que se confunde com os dados em bruto. Como se houvesse dados em bruto, como se a cadeia de intermediários, que daí extraíram a informação, produto do seu quadro, a sua encenação até ao receptor, fosse bruscamente suprimida.

As práticas “mediáticas”, pelas quais, tal como somos, nos informamos dos acontecimentos do mundo em que estamos mergulhados, não escapam a esse modelo de representar e do exprimir que, sobrepondo-se, confia à confusão do emissor e do receptor sem que possamos encontrar já qualquer fonte no real, fora do circuito fechado das mensagens que se relacionam umas com as outras em espirais discursivas. As estruturas não estão nos sujeitos nem na sociedade, mas resultam dos contextos particulares em que se desenvolvem as interações tomadas num “fluxo comunicacional”.

Esta perspectiva, pela sua radicalidade, é, no nosso entender, de difícil aceitação. Reconhecemos pertinência na sua análise, a qual nos estimula conceptualmente, mas temos dificuldade em nos identificarmos

12 SFEZ, L (1994). *Op. cit.*, p. 76.

com a mesma. Claro que para o autor a nossa dificuldade em aceitar que não existe nenhuma ruptura entre indivíduo e sociedade, dado que o indivíduo é um sistema de relações, deriva directamente da matriz filosófica moderna que limita a nossa compreensão e restringe a nossa expressão.

Aceitamos não só que toda a descrição da realidade é selectiva, mas também que toda a descrição da realidade é construção, contrastada, comparada, descritiva e, em última análise, fundamentada intersubjectivamente. Mas esta perspectiva continuará a desafiar-nos na procura humana de dotar de sentido(s) múltiplos e plurais a sua existência. Certo, o objecto desmaterializa-se, perde a sua potência simbólica e a imagem acaba frequentemente por substituí-lo. Vimos como as tecnologias da informação dispensam até o simbolismo do objecto, sobrepondo a imagem ao objecto. Certo, o real não tem o seu duplo na imagem, ele é a própria imagem, e a pressão entre imagem e acontecimento alimenta o ritmo de uma desrealização constante mas se o princípio do sentido é a indefinição e reside nessa vaga de desconhecimento como garante de uma abertura indefinida de sentido, então não se exige menos do indivíduo que faça um esforço pela ciência, num desdobramento de sentidos, construindo o real como forma de evitar a indiferença ou o niilismo cínico.

Os discursos sobre o “vazio”, sobre o “efémero”, sobre a “desrealização do mundo”, acabam por produzir uma negação estereotipada das angústias, das cóleras, das emoções, das tentativas de violência crítica...- como se o indivíduo não tivesse senão que assistir à sua própria desrealização. Pouco importa se é mera ilusão ou ficção. Cada um sabe que a ilusão permanece fundamental, existencial e que, neste sentido, perde praticamente o seu estatuto de ilusão tomando a emoção sempre possível¹³.

13 JEUDY, H-P (1995). *Op. cit.*, p. 100.



UNIVERSIDAD
DEL ZULIA



Utopía y Praxis
Latinoamericana

AÑO 20, N° 70

*Esta revista fue editada en formato digital y publicada
en octubre de 2015, por el **Fondo Editorial Serbiluz,**
Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela*

www.luz.edu.ve
www.serbi.luz.edu.ve
produccioncientifica.luz.edu.ve